



<p style="text-align: center;"><b>ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA, Brasil) E UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN (UDEEC, Chile)</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA, Brasil) Y UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN (UDEEC, Chile)</b></p>
<p>A <b>Universidade Federal de Lavras</b>, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no <i>Campus</i> Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada <b>UFLA</b>, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, <b>FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS</b>, nomeado pela Portaria nº 373, de 14/05/2024, no uso do poder a ele delegado pela Portaria nº 287 de 11/04/2022; e, de outro lado, a <b>UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN</b>, Rut: 81.494.400-K, representada pelo seu Reitor, Dr. Carlos Saavedra Rubilar, bilhete de identidade nacional nº 8.867.380-8, designado de acordo com a personería que aparece no Decreto U. de C. Nº 2022-048 de 21 de abril de 2022, documento que se encontra registado no Notário de Concepción, Sr. Juan Espinosa Bancalari, datado de 28 de abril de 2022 e adicionado no final do protocolo com o Nº 534, Repertorio Nº 1661-2022, ambos residentes na Rua Víctor Lamas, 1290, Concepción, Chile, que é doravante referido como "<b>UDEEC</b>".</p> <p><b>CONSIDERANDO</b></p> <p>O desejo de expandirem suas relações acadêmicas e estimular a troca de conhecimento; As vantagens do desenvolvimento de atividades de interesse recíproco em regime de mútua cooperação;</p> <p><b>RESOLVEM</b></p> <p>Celebrar este ACORDO DE COOPERAÇÃO, em conformidade com as cláusulas seguintes:</p> <p><b>Cláusula Primeira – Das atividades conjuntas</b></p> <p>1.1 Os partícipes comprometem-se em prover os meios necessários para a realização conjunta das seguintes atividades, em todas as áreas do conhecimento em comum:</p>	<p>La <b>Universidade Federal de Lavras</b>, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley nº 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el <i>Campus</i> Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 22.078.679/0001-74, en adelante denominada <b>UFLA</b>, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, <b>FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS</b>, nombrado por la Ordenanza nº 373, de 14/05/2024, en el uso de la competencia que le fue otorgada por la Ordenanza nº 287, de 11/04/2022; y, por otro lado, la <b>UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN</b>, Rut: 81.494.400-K, representada por su Rector, Dr. Carlos Saavedra Rubilar, cédula nacional de identidad Nº8.867.380-8, designado según personería que consta del Decreto U. de C. Nº2022-048 de 21 de abril de 2022, documento que se encuentra protocolizado en la Notaría de Concepción, de don Juan Espinosa Bancalari, con fecha 28 de abril de 2022 y agregado al final del protocolo con el Nº534, Repertorio Nº1661-2022., ambos con domicilio en la calle Víctor Lamas 1290, Concepción, Chile, a quien en adelante se le denominará "<b>UDEEC</b>".</p> <p><b>CONSIDERANDO</b></p> <p>El deseo de expandir sus relaciones académicas y estimular el intercambio de conocimiento; Las ventajas del desarrollo de actividades de interés recíproco en régimen de mutua cooperación;</p> <p><b>RESUELVEN</b></p> <p>Celebrar este ACUERDO DE COOPERACIÓN, al cual sujetan las siguientes cláusulas:</p> <p><b>Cláusula Primera – De las actividades conjuntas</b></p> <p>1.1 Los partícipes asumen el compromiso de proveer los medios necesarios para la realización conjunta de las siguientes actividades, en todas las áreas de conocimiento en común:</p>

- a. mobilidade acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores e pessoal administrativo;
- b. projetos e atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;
- c. colaboração e participação em seminários, palestras, simpósios e encontros acadêmicos;
- d. programas acadêmicos especiais de curta duração;
- e. programas de ensino de graduação e pós-graduação, incluindo doutoramento;
- f. dupla-diplomação;
- g. cotutela.

1.2 O desenvolvimento das atividades descritas nesta cláusula depende de plano de trabalho aprovado pelos partícipes que conterà, no mínimo: identificação do objeto a ser executado; metas a serem atingidas; etapas ou fases de execução; plano de aplicação dos recursos financeiros e cronograma de desembolso se houver; papéis e responsabilidades de cada um dos partícipes; e previsão de início e fim da execução do objeto e das etapas ou fases programadas.

1.3 Independem de qualquer outra solenidade as atividades a que se referem as subcláusulas **1.1a**, **1.1c**, **1.1d** e **1.1e** e podem também ser realizadas por intermédio de outros programas aos quais ambos os partícipes tenham adesão.

1.4 As atividades a que se referem as subcláusulas **1.1b**, **1.1f** e **1.1g** dependem de acordo específico escrito firmado pelos representantes de ambos os partícipes descrevendo os termos e as condições. Uma vez vigentes esses acordos específicos, eles passam a ser considerados independentes em relação a este Acordo e serão regidos pelos termos e condições que estabelecerem.

#### **Cláusula Segunda – Da coordenação e da administração deste acordo**

2.1 Cada um dos partícipes designará um coordenador local com atribuição de organizar as atividades relacionadas a este Acordo, avaliar o cumprimento do programa de trabalho e, quando for o caso, buscar o financiamento adequado às atividades.

2.2 Compete à Diretoria de Relações Internacionais, pela UFLA, e à Direção de Relações Internacionais, pela UdeC:

- a. movilidad académica de estudiantes de grado y posgrado, profesores, investigadores y personal administrativo.
- b. proyectos y actividades de investigación, enseñanza, extensión y gestión universitaria;
- c. colaboración y participación en seminarios, conferencias, simposios y encuentros académicos;
- d. programas académicos especiales de corta duración;
- e. programas de enseñanza de grado y posgrado, incluyendo el doctoramiento;
- f. doble certificación;
- g. cotutela.

1.2 El desarrollo de las actividades descritas en esta cláusula depende de plan de trabajo aprobado por los partícipes, el cual contendrá, como mínimo: identificación del objeto a ser ejecutado; metas a ser alcanzadas; etapas o fases de ejecución; plan de aplicación de los recursos financieros y cronograma de desembolso, si lo hay; papeles y responsabilidades de cada uno de los partícipes y previsión del inicio y término de la ejecución del objeto y de las etapas o fases programadas.

1.3 Independiente de cualquier otra solemnidad las actividades a que hacen referencia las subcláusulas **1.1a**, **1.1c**, **1.1d** y **1.1e** e podrán también desarrollarse por intermedio de otros programas a los que ambos signatarios hayan hecho adhesión.

1.4 Las actividades a que se refieren las subcláusulas **1.1b**, **1.1f** y **1.1g** dependen del acuerdo específico escrito, firmado por ambos representantes, describiendo los términos y las condiciones. Una vez vigentes esos convenios específicos pasan a ser considerados independientes en relación con este Acuerdo y serán regidos por los términos y condiciones que se establezcan.

#### **Cláusula Segunda – De la coordinación y administración de este Acuerdo**

2.1 Cada uno de los signatarios designará un coordinador local con el objetivo de organizar las actividades relacionadas con este Acuerdo, evaluar el cumplimiento del programa de trabajo y, cuando sea el caso, buscar el financiamiento adecuado a las actividades.

2.2 Le compete a la Secretaría de Relaciones

<p>I. receber, analisar, transmitir e acompanhar do cumprimento dos pedidos relativos a este Acordo junto ao outro partícipe; e</p> <p>II. garantir ao outro partícipe, por meio da chancela, os poderes de representação dos signatários dos documentos oficiais em conformidade com os regulamentos internos da instituição.</p> <p>2.3 Serão presumidos legítimos os atos transmitidos à outra parte por meio dos órgãos indicados na subcláusula anterior.</p> <p>2.4 É facultado aos partícipes:</p> <p>I. delegar os poderes de representação aos seus órgãos administrativos na execução deste Acordo;</p> <p>II. acordar o desenvolvimento das atividades previstas na Cláusula Primeira, com exceção das subcláusulas 1.1b, 1.1f e 1.1g, por meio de troca de correspondências entre as áreas acadêmicas de cada um dos partícipes diretamente interessadas.</p> <p>2.5 A designação e substituição do coordenador local, do órgão ou pessoa referida na subcláusula 2.2 e do delegatário, conforme subcláusula 2.4, terão efeito na data em que a outra parte receber a notificação por escrito.</p> <p><b>Cláusula Terceira – Dos Direitos de Propriedade Intelectual</b></p> <p>3.1 Os partícipes concordam em respeitar os direitos de propriedade intelectual do outro. Quando qualquer atividade realizada sob este Acordo requerer acesso, compartilhamento ou transferência de tecnologia de um partícipe a outro, eles entrarão em acordo escrito sobre as condições desse acesso, compartilhamento ou transferência.</p> <p>3.2 Os partícipes acordarão por escrito em separado sobre os direitos de propriedade intelectual que sejam resultado de cooperação em pesquisa ou outra atividade sob este Acordo. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual e a partilha dos resultados serão compatíveis com as políticas oficialmente</p>	<p>Internacionales, por la UFLA, y a la Dirección de Relaciones Internacionales, por la UdeC:</p> <p>I. recibir, analizar, transmitir y acompañar el cumplimiento de los pedidos relativos a este Acuerdo junto al otro partícipe; y,</p> <p>II. garantizar a la otra parte, por medio de sello, los poderes de representación de los signatarios de los documentos oficiales de conformidad con los reglamentos internos de la institución.</p> <p>2.3 Serán presumidos legítimos los actos transmitidos al otro signatario por intermedio de los órganos indicados en la subcláusula anterior.</p> <p>2.4 Se les faculta a las partes:</p> <p>I. delegar poderes de representación a sus órganos administrativos en la ejecución de este Acuerdo;</p> <p>II. acordar el desarrollo de las actividades previstas en la Cláusula Primera, a excepción de las subcláusulas 1.1b, 1.1f y 1.1g, por intermedio de intercambio de correspondencias entre las áreas académicas de cada uno de los partícipes directamente interesados.</p> <p>2.5 La designación y la sustitución del coordinador local, del órgano, o persona referida en la subcláusula 2.2 y del delegatario, según la subcláusula 2.4, tendrán efecto en la fecha en que la otra parte sea informada por escrito.</p> <p><b>Cláusula Tercera – De los Derechos de la Propiedad Intelectual</b></p> <p>3.1 Los partícipes concuerdan en respetar los derechos de propiedad intelectual del otro. Cuando cualquier actividad realizada bajo este Acuerdo requiera acceso, coparticipación o transferencia de tecnología de un partícipe al otro, ellos entrarán en acuerdo escrito acerca de las condiciones de ese acceso, coparticipación o transferencia.</p> <p>3.2 Los partícipes se pondrán en acuerdo por escrito, separadamente, sobre los derechos de propiedad intelectual que sean resultado de cooperación en investigación u otra actividad bajo este Acuerdo. La titularidad de los derechos de propiedad intelectual y</p>
--	--

estabelecidas de ambos os partícipes e com acordos internacionais e leis nacionais relevantes.

3.3 O partícipe comunicará o outro da ocorrência de resultados protegíveis por propriedade intelectual em prazo adequado.

3.4 Os partícipes observarão as condições de sigilo estabelecidas em suas legislações nacionais, assim como nos acordos internacionais, em especial o Artigo 39 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

#### **Cláusula Quarta – Dos recursos**

4.1 Os partícipes prestarão o apoio administrativo necessários para que as atividades desenvolvidas sob este Acordo atendam às expectativas de ambos.

4.2 Ressalvada a possibilidade de acordo específico, este Acordo não obriga a nenhum tipo de contrapartida financeira entre os partícipes ou ao financiamento das atividades de cooperação. Os partícipes buscarão auxílio financeiro através de órgãos de fomento ou outras fontes financiadoras, se necessário.

#### **Cláusula Quinta – Da responsabilidade financeira**

5.1 Todas as responsabilidades relacionadas à mobilidade acadêmica, como obtenção de visto, passaporte, passagens, estadia, transporte, alimentação e moradia, serão de responsabilidade dos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo participante, independentemente de receberem, ou não, bolsa ou apoio financeiro.

5.2 Os recursos para financiar a permanência dos professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo poderão advir de órgãos de fomento do país de origem ou do país anfitrião.

5.3 Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo em atividades de mobilidade acadêmica não pagarão taxas no partícipe que seja a Instituição Anfitriã, exceção feita a atividades de extensão, cursos extracurriculares ou outras atividades não regulares.

el compartir los resultados serán compatibles con las políticas oficialmente establecidas por los partícipes y con acuerdos internacionales y leyes nacionales pertinentes.

3.3 El partícipe comunicará al otro acerca de la ocurrencia de resultados protegibles por propiedad intelectual en el plazo adecuado.

3.4 Los partícipes observarán las condiciones de protección establecidas en sus legislaciones nacionales, así como en los acuerdos internacionales, en especial, el Artículo 39 del Acuerdo sobre Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual Relacionados con el Comercio.

#### **Cláusula Cuarta – De los recursos**

4.1 Los partícipes prestarán apoyo administrativo necesario para que las actividades desarrolladas bajo este Acuerdo respondan a las expectativas.

4.2 Exceptuándose la posibilidad de acuerdo específico, este Acuerdo no obliga a ningún tipo de contrapartida financiera entre los partícipes o al financiamiento de las actividades de cooperación. Los partícipes buscarán auxilio financiero por intermedio de órganos de fomento u otras fuentes de financiamiento, si se hace necesario.

#### **Cláusula Quinta – De la responsabilidad financiera**

5.1 Todas las responsabilidades relacionadas con la movilidad académica, como obtención de la visa, pasaporte, billetes, estancia, transporte, alimentación y vivienda serán de responsabilidad de los estudiantes, profesores, investigadores, personal técnico/administrativo participante, independentemente de haber recibido, o no, beca o apoyo financiero.

5.2 Los recursos para financiar la estancia de docentes, investigadores y personal técnico y administrativo podrán advenir de órganos de fomento en el país de origen o del país anfitrión.

5.3 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico y administrativo en actividades de movilidad académica no abonarán tasas en el

5.4 É facultado à instituição de origem cobrar as suas taxas durante o período da mobilidade acadêmica, caso houver, de acordo com suas políticas e regulamentações.

**Cláusula Sexta – Do seguro de saúde, acidentes e repatriação**

6.1 Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo aprovados pela Instituição Anfitriã contratarão o seguro de saúde, acidentes e repatriação que ela exigir, válido no país de destino e por todo o período da mobilidade.

**Cláusula Sétima – Da mobilidade acadêmica de estudantes**

7.1 Cada partícipe selecionará por seus próprios critérios os estudantes para mobilidade acadêmica. A Instituição Anfitriã receberá as candidaturas dentro do prazo estabelecido e repassar-lhes-á aos seus respectivos órgãos administrativos e acadêmicos para análise e decisão sobre a aceitação.

7.2 Cada partícipe designará até 5 (cinco) estudantes por ano para realizar mobilidade acadêmica. Este número poderá variar, a cada ano, após análise e negociação entre as Instituições.

7.3 A cada estudante será permitido, no máximo, dois semestres de mobilidade acadêmica, consecutivos ou não.

7.4 A Instituição Anfitriã encaminhará carta de aceite aos estudantes que tiverem suas candidaturas aprovadas. Esta carta deverá ser enviada com antecedência suficiente para que o estudante obtenha o visto adequado ainda em seu país de origem. Nenhum estudante será matriculado na Instituição Anfitriã sem o visto adequado.

7.5 Os estudantes de mobilidade acadêmica poderão matricular-se em qualquer departamento da Instituição Anfitriã desde que reúnam os requisitos necessários e cumpram com as exigências estabelecidas.

7.6 A Instituição Anfitriã proporcionará assessoramento acadêmico, prestará informações

partícipe que sea la Institución Anfitriona, excepto si esas actividades son de extensión, cursos extracurriculares u otras actividades no regulares.

5.4 Se le faculta a la institución de origen cobrar tasas durante el período de la movilidad académica, caso las haya, de conformidad con sus políticas y reglamentos.

**Cláusula Sexta – Del seguro de salud, accidentes y repatriación**

6.1 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico/administrativo aprobados por la Institución Anfitriona contratarán el seguro salud, accidentes y repatriación que lo exija ella, que sea válido en el país de destino y durante todo el período de movilidad.

**Cláusula Séptima – De la movilidad académica de estudiantes**

7.1 Cada parte seleccionará, según criterios suyos, los estudiantes para movilidad académica. La Institución Anfitriona recibirá las candidaturas dentro del plazo determinado y las transmitirá a sus respectivos órganos administrativos y académicos para análisis y decisión sobre la aceptación.

7.2 Cada partícipe designará hasta 5 (cinco) estudiantes al año para realizar movilidad académica. Este número podrá variar, a cada año, tras análisis y negociación entre las instituciones.

7.3 A cada estudiante se le permitirá, como máximo, dos semestres, consecutivos o no, de movilidad académica.

7.4 La Institución Anfitriona enviará carta de aceptación a los estudiantes que tengan sus candidaturas aprobadas. Esta carta deberá ser enviada con suficiente antelación, a fin de que el estudiante obtenga la visa adecuada aun en su país de origen. Ningún estudiante será matriculado en la Institución de Acogida sin la visa adecuada.

7.5 Los estudiantes de movilidad académica podrán matricularse en cualquier facultad de la Institución de Acogida, la condición es que reúnan los requisitos necesarios y cumplan las exigencias establecidas.



pertinentes ao período de intercâmbio e fornecerá certificado de aproveitamento acadêmico aos estudantes de mobilidade acadêmica ao término das disciplinas realizadas durante o período em que estiverem na Instituição Anfitriã.

7.7 A Instituição Anfitriã auxiliará os estudantes de mobilidade acadêmica a encontrar moradia. Não lhe será obrigatório, no entanto, ceder vaga em residência universitária ou em qualquer outro tipo de moradia ou fornecer subsídio com a finalidade de moradia.

7.8 Os estudantes de mobilidade acadêmica que pretendam realizar estágio através da Instituição Anfitriã deverão responsabilizar-se por arranjar antecipadamente o local de seu estágio, professor orientador e cumprir com os regulamentos, contratos, termos de compromisso ou termos de estágio, exigidos pela Instituição Anfitriã.

7.9 Os estudantes em mobilidade acadêmica têm os mesmos direitos e responsabilidades que a Instituição Anfitriã reserve aos seus próprios estudantes. A Instituição de Origem será imediatamente informada na eventualidade de um dos seus estudantes incorrer em descumprimento.

**Cláusula Oitava – Das condições para a mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo**

8.1 A mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo dar-se-á por acordo dos partícipes. A seleção ocorrerá pela Instituição de Origem ou a convite da Instituição Anfitriã.

8.2 A Instituição Anfitriã fornecerá certificado aos professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo como comprovação das atividades realizadas durante o período de sua permanência.

**Cláusula Nona – Da responsabilidade civil**

9.1 Os partícipes não são responsáveis por danos causados ao outro partícipe pelos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-

7.6 La Institución de Acogida ofrecerá asesoramiento académico, prestará las informaciones correspondientes al período de intercambio y emitirá certificado de aprovechamiento académico/calificación a los estudiantes de movilidad académica, cuando estos hayan terminado las asignaturas cursadas durante su período de permanencia en la Institución Anfitriona.

7.7 La Institución de Acogida prestará auxilio a los estudiantes de movilidad académica en la búsqueda de vivienda. Sin embargo, no le constituye obligación a la Institución Anfitriona ceder plaza en residencia universitaria o en cualquier otro tipo de vivienda o conceder subsidio con la finalidad de alojamiento.

7.8 Los estudiantes de movilidad académica que deseen realizar la práctica por intermedio de la Institución Anfitriona deberán responsabilizarse de indicar anticipadamente el local en el que se dará su práctica, el profesor tutor y cumplir con los reglamentos, contratos, términos de responsabilidad o términos de práctica, exigidos por la Institución Anfitriona / de Acogida.

7.9 Los estudiantes en movilidad académica tienen los mismos derechos y responsabilidades que los estudiantes de la Institución de Acogida. La Institución de Origen deberá ser inmediatamente informada de eventualidades por parte de cualquiera de sus estudiantes, en caso de que incurran en incumplimiento.

**Cláusula Octava – De las condiciones para la movilidad académica de profesores, investigadores y personal técnico y administrativo**

8.1 La movilidad académica de profesores, investigadores y personal técnico y administrativo se hará por intermedio de acuerdo entre los partícipes. La selectividad será hecha o por la Institución de Origen o por invitación Anfitriona.

8.2 La Institución Anfitriona emitirá certificado a los profesores, investigadores o personal técnico y administrativo como comprobación de las actividades realizadas durante el período de su estancia.

**Cláusula Novena – De la responsabilidad civil**

9.1 Los partícipes no se hacen responsables de daños

administrativo que enviarem como Instituição de Origem.

**Cláusula Dez – Das Alterações, da vigência e da prorrogação**

10.1 É facultado aos partícipes a alteração deste Acordo no decorrer de sua vigência mediante acordo específico entre os partícipes conforme as mesmas solenidades de sua assinatura.

10.2 Este Acordo terá vigência de cinco anos contados da data da última assinatura.

10.3 A prorrogação deste Acordo é admitida, observado que:

- I. a prorrogação será sempre por período certo; e
- II. dependerá de manifestação prévia do interesse dos partícipes, conforme troca de comunicações escritas entre eles, com no mínimo sessenta dias de antecedência, salvo justo motivo, e da formalização de Termo Aditivo.

10.4 O prazo das metas e atividades estabelecidas nos planos de trabalho a que se refere a subcláusula 1.2 acompanharão a vigência deste Acordo. No caso de atividades, projetos e programas que prevejam prazos para além do da vigência deste Acordo, aqueles não iniciarão sem que esteja em vigor sua prorrogação.

**Cláusula Onze – Da denúncia e da rescisão**

11.1 É facultado aos partícipes denunciar este Acordo a qualquer tempo mediante notificação ao outro partícipe.

11.2 A denúncia produzirá efeitos no sexagésimo primeiro dia do recebimento da notificação pela outra parte.

11.3 A denúncia é retratável enquanto não escoado o prazo previsto na subcláusula anterior.

11.4 É facultado aos partícipes rescindir este Acordo por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. A rescisão terá efeito imediato.

causados al otro partícipe, sea por los estudiantes, docentes, investigadores o por el personal técnico y administrativo que hayan sido enviados como Institución de Origen.

**Cláusula Décima – De las modificaciones, de la Vigencia y de la prórroga**

10.1 Se les faculta a los partícipes la modificación de este Acuerdo en el transcurso de su vigencia mediante acuerdo específico entre ellos, según las mismas solemnidades de su firma.

10.2 Este Acuerdo tendrá vigencia de cinco años a partir de la fecha de su firma.

10.3 La prórroga de este Acuerdo es admitida, teniéndose en cuenta que:

- I. la prórroga será siempre por período determinado; y
- II. dependerá de manifestación previa de interés de los partícipes, mediante comunicación escrita de ambas partes, con un mínimo de sesenta días de antelación, salvo justo motivo, y de la formalización de un Término de Adición.

10.4 El plazo de las metas y actividades establecidas en los planes de trabajo a que se refiere la subcláusula 1.2 seguirá la vigencia de este Acuerdo. En el caso de actividades, proyectos y programas que prevean plazos superiores a los correspondientes a la vigencia de este Acuerdo, aquellos no podrán iniciarse sin que esté en vigencia la prórroga de este.

**Cláusula once – De la denuncia y la terminación anticipada**

11.1 Se les faculta a los partícipes denunciar este Acuerdo en cualquier momento mediante notificación al otro partícipe.

11.2 La denuncia producirá efectos en el sexagésimo primer día de haber recibido la notificación la otra parte.

11.3 La denuncia es retractable mientras no se haya transcurrido el plazo previsto en la subcláusula anterior.

11.5 A menos que expressamente indicado no ato de denúncia ou de rescisão, elas não prejudicarão as atividades em andamento, que continuarão regidas por este Acordo até as suas conclusões.

**Cláusula Doze – Da interpretação, dos casos omissos e da solução de controvérsias**

12.1 As partes executarão e interpretarão este Acordo conforme a boa-fé.

12.2 Os partícipes não iniciarão litígio sem que os procedimentos de solução consensual para controvérsias tenham se encerrado sem sucesso, com exceção dos casos em que a medida desejada não possa razoavelmente esperar os tempos do procedimento de solução consensual.

12.3. Não sendo possível adotar solução consensual, as partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacionais, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos os países envolvidos. As partes acordam que o direito aplicável e o foro competente serão aqueles do lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, de seu cumprimento.

**Cláusula Treze – Da eficácia e da publicação**

13.1 Este Acordo terá eficácia a partir da data da última assinatura.

13.2 Os partícipes publicarão este Acordo em conformidade com as leis de seus países.

13.3 Se a lei nacional de um dos partícipes condicionar a eficácia ou a validade deste Acordo à providência adicional não prevista neste Acordo, ele comunicará o outro imediatamente.

**Cláusula Quatorze - Declaração Lei N°21.369 do Chile**

A Universidade de Concepción, através deste artigo, dá a conhecer os seus regulamentos internos sobre assédio sexual, violência e discriminação de género, contidos no Decreto U. de C. N° 2022-109, de 9 de setembro de 2022, que inclui: a Política Institucional sobre Igualdade de Género e Diversidade Sexual, o

11.4 Se les faculta a las partes para terminar anticipadamente este Acuerdo por incumplimiento de cualquiera de sus cláusulas o condiciones. Esta producirá sus efectos en el sexagésimo primer día de haber recibido la notificación la otra parte.

11.5 A menos que esté expresamente indicado en el acto de denuncia o de terminación anticipada, ella no perjudicará las actividades que se estén desarrollando, las cuales seguirán regidas por este Acuerdo hasta que se concluyan.

**Cláusula doce – De la interpretación, de los casos omisos y de la solución de controversias**

12.1 Las partes ejecutarán e interpretarán este Acuerdo conforme la buena fe.

12.2 Los partícipes no iniciarán litigio sin que los procedimientos de solución consensuada para controversias se hayan finalizado sin éxito, a excepción de los casos en que la medida que se desea no pueda, razonablemente, esperar el momento del procedimiento de solución consensuada.

12.3. No siendo posible adoptar una solución consensuada, los partícipes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la legislación de ambos países involucrados. Las partes acuerdan que la ley aplicable y el tribunal competente serán los del lugar donde se haya originado el litigio o, si existe una obligación que cumplir, el de su cumplimiento.

**Cláusula Trece– De la eficacia y de la publicación**

13.1 Este Acuerdo tendrá eficacia a partir de la fecha de su última firma.

13.2 Los partícipes publicarán este Acuerdo de conformidad con las leyes de sus países.

13.3 Cuando la ley nacional de uno de los partícipes condicione la eficacia o la validez de este Acuerdo por una nueva disposición no prevista en este Acuerdo, el partícipe deberá comunicarle al otro inmediatamente.

**Cláusula Catorce - Declaración Ley N°21.369 de Chile**

La Universidad de Concepción a través de este artículo



Regulamento da Direção de Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual e o Protocolo de Ação Relativo a Condutas Constitutivas de Assédio Sexual, Violência e Discriminação em Razão do Sexo, Identidade de Gênero, Expressão de Gênero ou Orientação Sexual. O Decreto U. de C. N° 2022-109 está disponível para análise e consulta na seguinte hiperligação: <https://www3.udec.cl/decreto2022-109.pdf>

**Cláusula Quinze – Da legitimidade dos signatários**

14.1 Os signatários afirmam possuir a legitimidade e os poderes de representação do respectivo partícipe em conformidade com as leis de seu país.

Este Acordo será firmado em duas vias de igual forma e teor. Cada partícipe manterá uma via original.

da a conocer su normativa interna sobre acoso sexual, violencia y discriminación de género, contenida en el Decreto U. de C. N°2022-109, de 9 de septiembre de 2022, que incluye: la Política Institucional de Equidad de Género y Diversidad Sexual, el Reglamento de la Dirección de Equidad de Género y Diversidad Sexual, y el Protocolo de Actuación Relacionado con Conductas Constitutivas de Acoso Sexual, Violencia y Discriminación por Razón de Sexo, Identidad de Género, Expresión de Género u Orientación Sexual. El Decreto U. de C. N°2022-109 se encuentra disponible para revisión y consulta en el siguiente link: <https://www3.udec.cl/decreto2022-109.pdf>

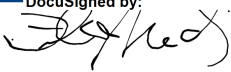
**Cláusula Quince – De la legitimidad de los signatarios**

14.1 Los signatarios afirman poseer la legitimidad y los poderes de representación del respectivo partícipe de conformidad con las leyes de su país.

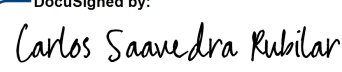
Este Acuerdo será firmado en dos vias de igual forma y tenor. Cada partícipe recibirá una via original.

P/ UFLA, em 18/06/2024 :

P/ UdeC, en 13/06/2024 :

DocuSigned by:  
  
003D1C90C1B7433...

Prof. Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros  
Diretor de Relações Internacionais

DocuSigned by:  
  
0002B30C1A7E47E...

Dr. Carlos Saavedra Rubilar  
Rector